

# O ACHAMENTO DO BRASIL

Arthur Virmond e Supplicity de LACERDA

Desde o século XVI até meados do passado, creditou-se a aportagem da frota de Cabral ao Brasil, a uma casualidade, acossada que teria sido ela pela intempérie, em cuja razão ter-se-ia alterado seu rumo original.

Tal explicação entrou a sofrer dúvidas a partir de 1852, quando no Brasil lançou-se a tese do achamento, ou seja, a de que Cabral teria navegado com itinerário certo em direção a terras já sabidas ou, quando menos, já suspeitadas.

Retrataremos aqui o desenvolvimento da versão da casualidade, desmistificando-a para demonstrar a intencionalidade da viagem cabralina ao Brasil e, portanto, seu achamento.

Ora, escrevendo em 1551, refere-se Luis de Castanheda ao desgarre de uma nau da frota, a de Vasco de Ataíde, acossada por uma tempestade no Cabo Verde, sem contudo atribuir a aportagem de Cabral no Brasil a qualquer mau tempo.

Do mesmo modo, outros três autores quinhentistas, João de Barros, Damião de Góis e Jerônimo Osório, noticiam haver Cabral aportado em terras novas, sem qualquer referência a intempéries nem a desvio de rota. Transcorreu, nestes autores, a viagem sob plena normalidade.

Na centúria subsequente, enriquece-se a narrativa da viagem com um elemento decisivo, a de uma tormenta que teria impelido a esquadra para fora de seu rumo, levando-a ao Brasil. Assim escreveram Bernardo Ravasco, Faria e Souza, Antonio Caetano de Sousa, Barbosa Machado, Pedro Taques e Rocha Pitta.

Ora, nenhum destes plúmitivos fundamenta a alegada tormenta em documentos, em relatos de tripulantes da frota ou em historiadores precedentes, que ao contrário, silenciam quanto a uma alegada borrasca: dos autores do século XVI, os mais próximos dos fatos, para os do século XVII, introduz-se arbitrariamente um fator meteorológico como responsável pelo descobrimento. Cria-se a lenda, quiçá por generalização à frota inteira, do fato passado com a nau de Ataíde, lenda que alguns exageram, mencionando tormentas, no plural.

Note-se que em sua epístola, Caminha, testigo presencial da viagem, em momento algum alude a maus ventos ou piores correntes, que desviassem a frota. Se tal desvio ocorrera, motivado por aqueles fatores, ocasionando a descoberta de terras ignotas, seria estranhável que nada referisse acerca da intempérie, do descaimento e do fato sensacional da descoberta de novas terras.

Seu silêncio quanto a algum mau tempo e a algum desvio, e a serenidade com que noticia o encontro do Brasil, encarnam indícios de que em verdade, não houve mau tempo nem desvio, nem as terras eram tão ignoradas quanto se poderia supor.

Dos três documentos conhecidos relacionados à viagem de Cabral, um consistiu nas recomendações de Vasco da Gama a Cabral, quanto ao trajeto a seguir-se entre as ilhas do Cabo Verde e o Cabo da Boa Esperança.

Recomendava Gama que na altura do golfo da Guiné, região de calmarias e de ausência de ventos, onde os navios permaneciam imóveis, deveria a frota inflectir para sudoeste, distanciando-se da costa africana, mercê de uma curva, para reaproximar-se da África ao sul, próximo do Cabo da Boa Esperança.

De posse desta orientação, desenvolveu Cabral semelhante curva, porém com excesso em direção ao sudoeste, vale dizer, na direção do Brasil, excesso desnecessário e intrigante, praticando a inflexão muito além do que recomendara o próprio Vasco.

Poder-se-ia explicar o excesso da curva, de que resultou aportar-se no Brasil, pela deficiência dos meios técnicos da época. É argumento contudo nada convincente: uma observação efetuada em 1538

demonstrou que teriam eles permitido à frota corrigir um desvio da bússola e conseqüentemente manter-se em sua rota normal.

Ademais, acompanhavam Cabral pilotos experimentados como Pedro Escolar, Nicolau Coelho, Duarte Pacheco Pereira e outros, em quem parece inaceitável uma incompetência coletiva e súbita na arte de navegar, que os cegasse a um desvio imenso de rumo que, uma vez observado, fossem incapazes de corrigir.

Disto facilmente colhe-se uma conclusão: a de que praticou Cabral um desvio a sudoeste desnecessário caso sua rota consistisse em apenas rumar à Índia. Se ampliou a curva em direção ao Brasil, não se deveu tal a incapacidade técnica ou náutica.

Tal conclusão se fortalece à luz da experiência de navegadores modernos: Baldaque da Silva, oficial da Marinha Portuguesa, o almirante Brasileiro J. J. Fonseca, o comandante Oliveira Belo e o almirante Gago Coutinho, todos quatro baseados em observações próprias e na ciência das correntes e dos ventos do trajeto cabralino, convergem à unanimidade em declarar impossível um eventual arrastamento da frota por ventos ou correntes, na direção seguida por Cabral.

Ora, se ele seguiu o rumo que seguiu em conseqüência, não de erros náuticos nem da improficiência de seus pilotos, tampouco arrastado por fatores naturais, que explicação resta senão a de que dirigiu-se para o Brasil de propósito?

Sofreram os arquivos portugueses três destruições, uma no incêndio de Lisboa em 1580, outra por ocasião do sismo de 1755 e terceira no incêndio de 1813 dos arquivos de Simancas, onde se encontravam depositados os papéis lusos. Desapareceu assim um volume imenso de documentos, inclusivamente as outras vinte e uma cartas redigidas pelos membros da frota de Cabral juntamente com a de Caminha, a única remanescente. Com isto, à falta de documentos explícitos no sentido do achamento, prova-se ele por meio de indícios.

Cifra-se o primeiro deles na ilha Antília, mapeada em 1424 na região da América Central, o que talvez tenha correspondido a um conhecimento ainda que vago, daquela mesma porção geográfica, o que não terá passado despercebido entre os navegadores lusos, suscitando

do-lhes a curiosidade, como também a ilha das Sete Cidades, situada em mapas na referida região, antes da descoberta de Colombo.

Denunciariam o registro em mapas das insulas em questão, ou a conjectura de sua existência, ou a suspeita desta existência (menos possivelmente seu conhecimento certo), suspeita que facilmente levaria a especulações e à curiosidade quanto à possível presença de outras terras na região.

Um segundo indício, meramente conjectural ainda, consiste na "ixola otinticha", ou ilha Autêntica, mapeada em 1448 por André Bianco.

Sotoposta ao desenho da ilha, lê-se uma legenda, indicando situar-se ela a oeste, a 500 ou 1500 milhas, número de leitura duvidosa. No caso da lonjura maior, corresponderia a terra desenhada a uma ilha atlântica, a de Fernando de Noronha ou a Ascensão, ou talvez, à própria costa brasileira, mal conhecida. No caso da outra distância, corresponderia plausivelmente à ilha de Santiago, no Cabo Verde.

Menos conjectural e mais positivamente apresenta-se o argumento extraído da interpretação do Tratado de Tordesilhas.

Remonta o célebre tratado a uma bula de Nicolau V, de 1474, em que partia o mundo não em leste e oeste, vale dizer, verticalmente, senão em norte e sul, horizontalmente, o norte cabendo a Espanha e o Sul a Portugal.

Adotaram ambos países em 1480 o paralelo das Canárias como raia de demarcação, em razão do que, aportando Colombo na América, reivindicou D. João II de Portugal como suas aquelas terras, chegando mesmo a preparar uma frota com que as conquistasse.

Para evitar um conflito, enviaram-lhe os reis espanhóis uma embaixada que aventasse a questão. Enquanto isto, em 1493, expediu Alexandre VI nova bula, a Inter Coetera, dividindo o mundo não na horizontal, porém já agora verticalmente, por um meridiano: pertenceria o leste a Portugal e o oeste à Espanha, a contar de 100 léguas a partir do Açores e do Cabo Verde, ponto aliás impreciso.

Insatisfeito, enviou D. João uma embaixada à corte vizinha, obtendo mais 270 léguas de espaço em favor de Portugal, assim como direito a tudo quanto se encontrasse a até 370 léguas a oeste a partir do Cabo Verde.

Qual o efeito prático da dilatação das 100 léguas para 370? O de que a segunda medida incluiu parte do que viria a ser o Brasil, enquanto a medida anterior excluía-o completamente em favor da Espanha.

Teria sido puramente arbitrário tal aumento, ou teria tido o soberano motivos para ele?

Teve-os, certamente, e consistiram eles na suspeita, ou conhecimento certo, de terras naquelas paragens.

Testemunho disto prestam os próprios reis espanhóis, em carta a Colombo, em 1493, após a visita a eles dos representantes lusos. Diziam os reis: "...depois da vinda dos portugueses, na conversa que com eles se teve, alguns querem dizer que ...na raia que devia vir na bula do papa... poderá haver ilha e ainda terra firme".

Em igual sentido exprimiu-se o próprio Colombo que desejava, consoante declarou, ir ao sul "ver qual era a intenção do rei D. João que dizia que no Austro havia terra firme e por isto teve diferenças com os reis de Castela".

Atente-se: asseria o rei de Portugal haver terra firme ao sul, segundo reportava Colombo.

Havendo El-Rei D. João expirado em 1495, então deduz-se que no máximo naquele ano já se conheciam terras ao sul, ao menos se suspeitava delas, com certeza a partir de 1493/4, época das negociações de Tordesilhas, e provavelmente a partir de 1488, altura em que Colombo procurou D. João oferecendo-se para alcançar a Ásia rumando a oeste, proposta que el-rei não levou a sério, e não a levou porque provavelmente conhecia haver entre a Europa e a Ásia um outro continente, ou ao menos dele suspeitava.

Seria o conhecimento deste continente hipotético apenas, ou já seguro, e a partir de quando?

Responde-o Duarte Pacheco Pereira, autor do "Esmeraldo de situ orbis", que menciona: "...em 1498 Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme".

Logo, em 1498 houve uma expedição de pesquisa em direção ao ocidente, que encontrou uma terra firme, aquela, diz ele, em que "é achado muito e fino brasil", ou seja, pau-brasil...

Completa-se a passagem de Pacheco Pereira com indicações geográficas das quais conclui-se haver ele demandado não o oeste a norte (o atual E.U.A), nem o oeste a meio (América Central), porém sim o oeste a sul, o Brasil.

D. João suspeitou ou soube de terras a sudoeste, que D. Manoel mandou averiguar por Pacheco Pereira, assim o verdadeiro descobridor do Brasil, em 1498.

Como se explica o silêncio relativo à expedição de Pereira até 1508, ano da publicação de seu livro?

Mercê da política de segredismo sistemático da coroa portuguesa no tocante às navegações, face a sua rival Espanha, para mantê-la desinformada ou mal informada: se sofreu Colombo o ridículo na corte lusa por pretender alcançar o Japão e a China rumando em direção à América Central, ao topar com ela, acreditou haver encontrado aqueles dois lugares, convicção em que morreu e em que estiveram os reis espanhóis. Enquanto isso, em 1498, promovia D. João duas expedições, a de Pacheco Pereira a sudoeste, descobrindo o Brasil, e a de Vasco da Gama, a contornar a África, descobrindo o caminho da Índia, objetivo que perseguia e que jamais logrou.

Viajava na frota cabralina ninguém menos que o próprio Pereira. Seria de todo inverossímil que, presente precisamente ele nela, esta viesse a dar ao Brasil por puro acaso...

Durante sua viagem, singrando pelo Atlântico rumo a sul, avistou a frota de Vasco da Gama certas aves, indício da existência de terras nas imediações. Se voejavam elas rumo leste, seria em direção a alguma das insulas atlânticas; se em direção ao oeste, demandariam a costa brasileira. Tratou-se de fato que Vasco registrou em seu diário de navegação e que terá certamente comunicado a Cabral antes de zarpar este, como confirmação ou novo indício das novas terras. Lembre-se de que Vasco propiciou a Cabral instruções por escrito quanto à derrota por desenvolver, em que o avistamento das aves terá certamente sido considerado.

Chegado ao Brasil, missivou Caminha a El-Rei. Em sua extensíssima carta, pouco dedica-se ao evolover da viagem, numa concisão altamente significativa. Não há qualquer indicação direta, nenhuma alusão indireta, implícita ou explícita, a qualquer tempestade, a qualquer força

eólica problemática, a qualquer corrente imprevista ou a qualquer embaraço na navegação, a qualquer desvio observado de rumo, a qualquer desorientação dos pilotos, a qualquer preocupação quanto ao itinerário percorrido - tudo silêncios reveladores de que nada disto se verificou, pois do contrário, seria de esperar-se alguma indicação, ligeira que fosse.

Igualmente, nenhuma surpresa, mesmo mínima, quanto ao encontro das novas terras, nenhuma expressão de alegria, nenhuma interrogação sobre se pertenceriam a Portugal ou à Espanha, nenhuma expressão fora de uma serenidade quase indiferente, estranhável no cronista de uma aportagem a terras novas, a escrever ao próprio rei.

Como se explica tal indiferença ante um sucesso em aparência inesperado e espetacular?

Em verdade, para Caminha, não se terá tratado de um acontecimento inesperado e espetacular. Ele escreveu como quem esperava o sereno alcançar de um objetivo previamente fixado e em cujo conhecimento achava-se. Não se surpreendeu com o achamento pois conhecia rumar a frota em direção àquelas terras.

Ademais, uma passagem de sua missiva é altamente significativa: "E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo".

Atente-se: não diz ele "perdemo-nos de nosso caminho", "afastamo-nos de nosso caminho". Ele afirma haverem seguido o seu caminho. Desta arte, havia um rumo previamente estabelecido que a frota seguiu sem alterações.

Seguiram seu caminho "por este mar de longo", a saber, o Atlântico, navegado "de longo", longitudinalmente, de leste para oeste, de Lisboa em direção à América.

A seguir exprime-se: "...a nova do achamento desta terra... que agora se achou". Quer o substantivo achamento, quer o verbo achar, apresentavam na altura acepção de intencionalidade na busca de algo que se encontrava, novo indício, agora semântico, em favor da intencionalidade com que rumou Cabral ao Brasil.

Do Brasil missivou também o médico d'El-Rei, João Menelau, que assim se exprimiu: "quanto senhor ao sítio desta terra mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundi que tem Pedro Vaz Bisagudo e aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra". E acrescenta: "...aquele mapa não certifica

esta terra ser habitada ou não". Ou seja, Pedro Bisagudo possuía um mapa em que se figurava a localização da terra achada, sem elucidar ele ser ela habitada ou não. De conseqüência, ao partir Cabral, existia já no reino um mapa figurando o Brasil. Seria ingenuidade supor que ele ignorasse-lhe a existência e, comandante da frota que aportou no Brasil, aqui abicasse por acaso.

Há mais. Zarpando de Lisboa, demorou-se Cabral no Cabo Verde, onde, ao contrário, do que recomendaria a boa prudência, não reabasteceu a esquadra de água doce, necessária para dessedentar os cerca de seus 1200 tripulantes. Foi reabastecer somente no Brasil que, se não existisse, teria condenado a tripulação à sede e provavelmente à morte de muitos.

A negligência aparente, em não se reabastecer no Cabo Verde, para fazê-lo somente no Brasil, representa indício de que Cabral deliberou não o fazer naquelas ilhas e sim no Brasil, que, desta forma, já conhecia e para o qual deliberou rumar.

Finalmente, para demonstrar não representar a tese do achamento novidade moderna, ouça-se Antonio Brandão, autor seiscentista: "...toparam sinais de terra, por onde o capitão-mor foi em sua busca tantos dias que os da armada lhe requereram que deixasse aquela porfia, mas ao outro dia viram a costa do Brasil".

Confessa clara e explicitamente o autor a consciente deliberação em que se achava Cabral de velejar ao Brasil.

Atente-se: "...toparam sinais de terra, por onde o capitão-mor foi em sua busca". O capitão-mor foi em busca de terra; busca de "tantos dias que os da armada lhe requereram que deixasse aquela porfia". Ou seja, Cabral persistiu no itinerário em direção ao Brasil por dias a fio, talvez semanas, por um tempo que aos tripulantes pareceu demasiado, a ponto de tentarem dissuadí-lo de nele prosseguir. E tentaram porque ignoravam seu intuito de aportar no Brasil, cientes apenas do intuito declarado, o de se destinarem à Índia.

Cabral no entanto persistiu naquele rumo, consciente de que ele conduzi-lo-ia ao Brasil, como efetivamente conduziu.

Em suma:

Se uma tormenta que desviasse a esquadra de seu itinerário, levando-a por acidente a topar o Brasil, representa uma lenda criada no século XVII,

se é insustentável um desvio de rota em direção ao Brasil por incompetência dos pilotos da frota, de deficiência do aparelhamento náutico da época ou por defeitos de correntes e ventos,

se desde 1493 ou 1494 já se sabia ou menos suspeitava na corte portuguesa da existência de terras a sudoeste, se em 1498 Duarte Pacheco Pereira empreendeu uma viagem, desembarcando no Brasil ou ao menos avistando-o, o que declara em livro, se as aves observadas por Vasco da Gama voejaram a oeste,

se a naturalidade de Caminha ao encontro da nova terra permite suspeitar-se de conhecer ele já o desfecho da viagem,

se em Lisboa existia um mapa que, em 1500, assinalava já o Brasil, se Antonio Brandão refere-se explicitamente à intencionalidade com que Cabral demandou o Brasil,

se Cabral reabasteceu a esquadra no Brasil, deixando de fazê-lo no Cabo Verde,

então, de parte de Cabral não houve descobrimento, ou seja, o encontro fortuito de terras até então incógnitas, senão sim o seu achamento, o encontro deliberado e consciente de terras já sabidas, com a sua incorporação aos domínios da coroa portuguesa e seu ingresso na história.